

Reforma da Previdência vai destruir a carreira do magistério

A Reforma da Previdência, PEC 287, do governo ilegítimo de Michel Temer, foi enviada para o Congresso Nacional e como já tínhamos, ela prevê a extinção da aposentadoria especial para professores, eleva para 65 anos a idade mínima para aposentadoria e pasmem, pretende acabar com a diferença no tempo de contribuição entre homens e mulheres.

Resumidamente, caso seja aprovada, a idade para os educadores e educadoras se aposentarem será igualada em 65 anos. Professores que até a data de promulgação da emenda tenham 50 anos ou mais e professoras com 45 anos ou mais, poderão se aposentar após cumpridos 30 anos de contribuição, se homem, e 25 anos no caso das mulheres (desde que tenha cumprido um período adicional equivalente a 50% do tempo que faltaria para atingir o tempo de contribuição anterior).

A reforma dos golpistas vai muito além, ela pretende acabar com a paridade, e estabelece o teto do regime geral nas aposentadorias, mesmo para os que contribuíram a vida toda para aos regimes próprios de previdência. Para ter direito a integralidade, no caso o teto, você poderá contribuir até 49 anos.

Tem mais, com o próprio dinheiro do contribuinte e o apoio da grande mídia e do poderoso sistema financeiro, o governo investe em propaganda mentirosa tentando enganar a população alegando um déficit no sistema da previdência social. Essas argumentações do governo estão sendo desmentidas pelos maiores especialistas do mundo.

O **Sintramem**, juntamente com outras entidades sindicais do país inteiro incluindo, Federações, Confederações e Centrais, estão se mobilizando para tentar impedir esse duro golpe contra os trabalhadores brasileiros. Entretanto, o lobby articulado pelo governo golpista é



muito poderoso e a troca do voto por cargos e favores pessoais sempre foi uma vocação do nosso Congresso.

Mesmo você que foi iludida (a) pelos picaretas, é hora de exercer o seu papel e lutar de verdade pelo seu direito.

No verso desse boletim, um pouco mais sobre as reformas que estão em curso no país depois do golpe. Fique esperto e forme sua opinião com base em informações confiáveis e análises sensatas.



Veja quem está pagando o pato

PEC /ATO LEGAL	EFEITO	PREJUDICADOS	BENEFICIADOS
DRU – PEC - 55	Prorroga até 2023 a permissão para que a União utilize livremente parte de sua arrecadação, a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU). O texto amplia de 20% para 30% o percentual que pode ser remanejado da receita de todos os impostos e contribuições sociais federais.	O POVO BRASILEIRO E OS PROGRAMAS SOCIAIS. Com a Desvinculação de Receitas da União, 30% dos recursos destinados à previdência, assistência e saúde poderão ser usados para outros fins.	Mercado Financeiro Parte será destinado anualmente ao superávit primário, ou seja, a reserva de recursos para o pagamento de uma questionável dívida pública, que deveria ser auditada, conforme manda a Constituição Federal.
Teto dos gastos	De acordo com o texto, o teto para 2017, primeiro ano de vigência da PEC, será definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluídos os restos a pagar), com a correção de 7,2%, a inflação prevista para este ano.	O POVO BRASILEIRO E OS PROGRAMAS SOCIAIS. A PEC já foi aprovada e vai limitar nos próximos 20 anos os gasto com educação, saúde e outros programas sociais, mesmo que o país volte a crescer. A parcela destinada à maioria da população, será “economizada” para aumentar a parcela do pagamento dos juros da dívida.	Mercado Financeiro O pagamento de juros da dívida pública é feito aos credores do Estado, que são BANQUEIROS e ESPECULADORES. A quase totalidade dos credores é composta de milionários e bilionários. É a elite financeira, formada inclusive por empresários do setor produtivo.
PL - 6787/16 Reforma Trabalhista	Flexibiliza as relações trabalhistas. Onze itens listados pelo governo poderão ser negociados entre patrões e trabalhadores caso a medida seja aprovada. Entre os destaque estão, a jornada diária de trabalho, que hoje é de 8 horas e poderia chegar a 12 horas , Outra mudança proposta é a divisão das férias em até três períodos.	OS TRABALHADORES REGIDOS PELA CLT A retirada de direitos trabalhistas tem como efeito, o encolhimento da renda e ensejarão a diminuição da capacidade aquisitiva dos consumidores. O governo Michel Temer propõe também que trabalhadores possam ser contratados por até oito meses sem diversos direitos trabalhistas.	Os empresários O corte dos direitos trabalhistas, vai reduzir os custos da produção por meio do barateamento da força de trabalho.

15/03 ATO CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

LOCAL: Av. Paulista – Ônibus gratuito para o evento

Os interessados deverão ligar para O SINTRAMEM – (13) 3467-1375

Os interessados deverão ligar para O SINTRAMEM – (13) 3467-1375

Os interessados deverão ligar para O SINTRAMEM – (13) 3467-1375